



DA INVISIBILIDADE ÀS DIVERSAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PARLAMENTARES DAS DEPUTAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2007-2010)

Andréia Orsato
Alfredo Alejandro Gugliano¹

I. Introdução

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise da atuação política das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (2007-2010).

Como demonstram uma série de estudos, às mulheres foi negado o acesso aos processos decisórios por um longo período da história política das nossas sociedades. Contudo, mesmo que de forma invisível, as mulheres foram buscando se apropriar da esfera pública e tiveram papel ativo nos acontecimentos políticos nos últimos anos, basta lembrar a luta contra as ditaduras militares em especial na América Latina.

Desse modo, busca-se nesse trabalho pensar algumas questões relacionadas ao debate em torno da problemática de gênero associada ao poder Legislativo, assunto este que vêm sendo objeto de estudo de uma série de autores nas últimas décadas. Estes trabalhos incitam um conjunto de questionamentos sobre a forma como a problemática das relações de gênero é inserida na agenda dos governos, no discurso político e na atuação dos agentes políticos, particularmente na atuação das mulheres.

No caso desta pesquisa, procura-se analisar, no período proposto, até que ponto as questões relativas ao debate sobre gênero são contempladas nos projetos apresentados pelas parlamentares gaúchas. Desponta, da mesma forma, o interesse por entender como as mulheres entram na esfera pública, qual o sentido de sua atuação? Afinal, as mulheres representam os interesses das mulheres? As deputadas, no caso do presente projeto, defendem questões ligadas à problemática de gênero?

II. Referencias teóricas

¹ ORSATO, é bacharel e licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Sociais pela UFPel, doutoranda em Ciência Política pela UFRGS e professora do Campus Visconde da Graça do Instituto Federal Sul-rio-grandense. GUGLIANO é, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do CNPq.



Embora haja um consenso em torno da democracia como a melhor forma de governo e atualmente um debate corrente sobre sua qualidade não se pode desconsiderar que o modelo democrático adotado em boa parte dos países assim considerados mantenha algumas características tradicionais da política, sobretudo quando são agregados às análises a questão das relações sociais de gênero e o exercício do poder político por parte das mulheres.

Por muito tempo as mulheres estiveram alijadas da possibilidade de participar da vida pública, dos espaços de decisão do Estado e da esfera pública. A partir do final do século XIX essa realidade começa a tomar outros contornos quando as mulheres são reconhecidas como cidadãs a partir do direito ao sufrágio². As análises do final do século demonstraram, contudo, que apesar da implementação de políticas específicas para a incorporação das mulheres nos postos eletivos, como por exemplo, a política de cotas, ainda há uma grande dificuldade das mulheres se fazerem representantes nas instancias decisórias, ou seja, no Poder Legislativo, assim como no âmbito do Poder Executivo.

Dados de 2006 apontam que a média de representação política das mulheres no Legislativo brasileiro era de apenas 8,6%. Na Câmara de Deputados a percentagem de representação feminina atingia 9%; nas Assembléias Legislativas 11,2%; nas Câmaras de Vereadores 12,6% e no Senado 12% (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2006). No caso específico do Rio Grande do Sul, a Assembléia Legislativa conta com a presença de aproximadamente 10% de representação feminina.

Mesmo que os índices de representação política das mulheres ainda sejam baixos, há uma tendência de crescimento que pode ser observada em todos os países da América Latina e Caribe, de acordo com Virginia Guzmán (2003). Num período de dez anos (1990-2000), a autora aponta para o fato de que todas as instâncias representativas tiveram um acréscimo na representação feminina. Nos Ministérios as mulheres passaram de 9% para 14%; nas Câmaras de Deputados de 8% para 14%; no Senado verifica-se o maior acréscimo de mulheres: em 1990 elas representavam 5% dos membros, em 2000 esse percentual foi de 15%. Em relação ao Executivo municipal também se observa um aumento da representação feminina: o percentual de prefeitas eleitas em 1990 era de 5%, em 2000 passou a ser de 7%.

² O acesso aos direitos políticos, ligados à idéia de cidadania, por parte das mulheres, por ser uma questão geralmente associada à conquista do sufrágio, é um fato extremamente recente, datado, sobretudo, da segunda metade do século XX (CEPAL, 2007; COLLIN, 2006). No início de 1900, poucos eram os Estados-nacionais que garantiam direitos de cidadania às mulheres; à exceção de alguns estados federativos norte-americanos, apenas Nova Zelândia (1883) e Austrália (1901) permitiam o sufrágio feminino (THERBORN, 2006). Aos poucos outros países foram admitindo, após mobilizações de grupos de mulheres, que as mesmas desfrutassem do direito ao voto. No Brasil, embora a Constituição de 1891 declarasse que todo cidadão alfabetizado poderia votar, as mulheres só terão direito ao voto em 1932, como resultado da luta do movimento sufragista que emerge no país na primeira década do século XX.



Mesmo com a adoção da política de cotas há uma série de barreiras, entre elas aquelas advindas do próprio sistema político que impedem uma maior presença das mulheres nos postos de decisão. Entre os principais entraves da política de cotas, a autora aponta as regras do sistema eleitoral e a organização do sistema partidário.

Além disso, e como consequência, o personalismo, o clientelismo político e a dificuldade decorrente da diferença entre política local e nacional de um mesmo partido são aspectos que dificultam ainda mais a participação das mulheres na política, conforme pontua Clara Araújo (2001).

Nesta mesma direção, Mala Htun (2001) afirma que a eficácia da política de cotas está relacionada ao sistema eleitoral, apontando quatro fatores que influenciam neste processo: 1) natureza da lista partidária – quando aberta, o eleitor vota no candidato; quando fechada, o partido controla o posicionamento do candidato; 2) a obrigatoriedade de colocar as mulheres nas primeiras posições quando a lista é fechada, o que se observa na Argentina, onde o terceiro lugar é para as mulheres; 3) o tamanho da circunscrição eleitoral – quanto maior o distrito, maior a chance das mulheres se elegerem quando a lista for fechada e, por fim, 4) o compromisso partidário não apenas em estabelecer cotas, mas em torná-las eficazes.

Nesta mesma direção, Fanny Tabak (2002) argumenta acerca de alguns obstáculos de outra natureza que as mulheres precisam superar para alcançar posições chaves na política, entre eles, encontram-se:

- Partidos Políticos, no sentido de que há resistência por parte dos mesmos para indicar candidaturas de mulheres e apoiá-las nas campanhas eleitorais. Em outras ocasiões, o partido acredita que em função do prestígio que algumas mulheres desfrutam, elas poderão contribuir com votos para a eleição de um homem.

- Treinamento Político: falta de programas realizados pelos partidos ou demais organizações, aliado ao baixo índice de filiação sindical e nas organizações profissionais das mulheres.

- Instituições Sociais: ausência de instituições como creches, jardins de infância, parques recreativos, para auxiliar mulheres que tem responsabilidades familiares.

- Problemas Estruturais: desemprego, analfabetismo, carestia de vida, déficit habitacional e falta de informação política são considerados desestímulos a iniciação das mulheres na carreira pública.



- Regimes Político: existência de regime autoritário ou militar impede as mulheres de ingressar na política. Além disso, estes regimes buscam reformar a ideologia do patriarcado, como, segundo Tabak (2002) se observou em países como Portugal, Espanha, Grécia, Chile e Brasil.

- Fatores Pessoais: insegurança quanto ao bom desempenho enquanto representante, a aceitação do discurso de que política não é uma carreira adequada para mulheres que desejam casar e ter família. Mas, por outro lado, há mulheres que recusaram candidaturas por compreender que a política é algo que envolve corrupção, egoísmo e coisas semelhantes.

Apesar destes obstáculos não é possível desconsiderar que as mulheres, mesmo em percentuais ainda baixos, se fazem representar nos postos eletivos. Dessa maneira, desde o ponto de vista das análises que discorrem sobre a temática, outro aspecto que parece importante destacar em relação às mulheres e o poder político é a forma como as mesmas fazem política. Os estudos atuais têm demonstrado que a entrada das mulheres no campo político está associada à esfera privada, ao social, atuando em áreas como saúde, assistência social e educação. Haveria uma forma diferenciada de fazer política que pode, a partir de maneiras diferentes de definição, ser assim interpretada:

- Política de sensibilidade: as mulheres transformariam a política dura em política leve, ocupando os espaços menos áridos e mais dignos (GROSSI, MIGUEL, 2001).

- Política de desvelo: voltada ao cuidado do outro, ao passo que estaria mais ligada à área social, reproduzindo a tradicional divisão sexual do trabalho político (MIGUEL, L., 2001).

- Estilo feminino de fazer política: seria o resultado das experiências vividas pelas mulheres que levaria para a esfera pública as demandas advindas de suas experiências no âmbito da esfera privada, alterando a própria divisão entre essas duas esferas e incidindo prioritariamente sobre a formulação de políticas públicas. Desta forma se incluiria na agenda temas antes não considerados como relevantes pela elite política, mas que, no entanto, são importantes para a vida das mulheres (AVELAR, 1996).

Assim, a prioridade dada pelas mulheres a algumas temáticas pode ser entendida como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio, como por exemplo, educação, saúde, assistência social, entre outros. Mais que uma estratégia, pode ser vista como o nicho a elas disponível, os espaços que são destinados à atuação das mulheres no Parlamento.

Esse fato pode representar a possibilidade de transformação da realidade que se encontra uma parcela significativa de mulheres, tendo em vista que pode ser a saída para a “construção de



políticas que se constituam no combate à discriminação, na promoção da igualdade e eliminação da pobreza. A representação específica desse grupo nos espaços de poder é uma estratégia poderosa de desconstrução deste quadro” (MOREIRA, S/D, p.6).

Porém, sem desconsiderar a importância desta participação, pode-se dizer que essa é uma forma de inserção na esfera pública que também precisa ser problematizada, considerando que a vinculação das mulheres aos temas *soft* contribui para mantê-las em situação de menor prestígio e influência (MIGUEL, FEITOSA, 2009). Além disso, fornece elementos para a criação de um estereótipo da atuação política das mulheres, já que seu desempenho se processa conforme os papéis ou, melhor dizendo, as atividades reconhecidas como próprias das mulheres e desempenhados por elas na esfera privada (REZENDE, 2009).

Sendo assim, se por um lado, a atuação das mulheres da forma como foi descrita acima é uma estratégia que permite maior acesso às mulheres no processo de tomadas de decisão, por outro, pouco contribui para a redução das desigualdades de gênero, visto que reproduz a imagem de que às mulheres cabe o mundo das relações privadas. Como consequência, esse modelo impossibilita a transformação na forma como as identidades de gênero são construídas socialmente, o que tende a reproduzir o modelo de relações sociais vigente e o próprio modelo de democracia que “não apenas coabita com o modelo andocrático mas nele assenta a sua reprodução” (OSÓRIO, 2007, p.3).

A partir disso buscou-se verificar como se processa a atuação das parlamentares gaúchas no período (2007-2010) no sentido de buscar verificar se os padrões de ação política são os mesmo destacados pela bibliografia existente sobre o tema, verificando a preocupação com as questões de gênero por parte das mulheres eleitas.

III. Alguns dados de campo

Os projetos, as emendas a projetos e os pedidos de requerimento das parlamentares serão classificados de acordo com os principais temas políticos em categorias que acompanham os termos correntes utilizados na ciência política norte-americana e extraídos de trabalho desenvolvido por Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009), a saber:

- *Hard politics*: compreendendo o núcleo do processo político, ou seja, o exercício do poder de Estado e a gestão da economia, bem entendido: relações exteriores; defesa; reforma política e legislação eleitoral; administração pública; corrupção; política econômica, industrial, tributária e agrícola; violência e segurança pública; reforma agrária; questões internas do Congresso; infraestrutura e economia em geral.

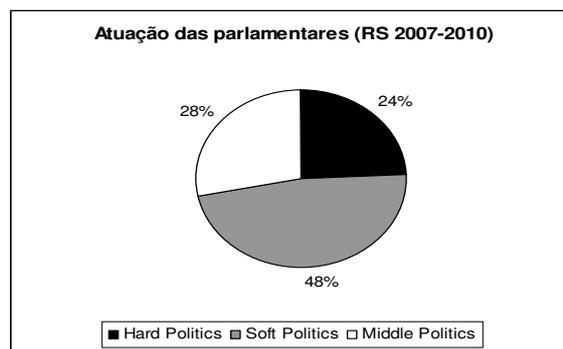


- *Soft politics*: assuntos voltados para o social, quais sejam, saúde, habitação, direitos humanos, questões sociais (pobreza, desigualdade, fome), meio ambiente, educação, cultura e esporte, direitos do consumidor, família, direitos reprodutivos, infância e adolescência.

- *Middle politics*: emprego, trabalho e formação social, ciência e tecnologia, funcionalismo público, comunicação social, propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados, previdência social, questões consideradas irrelevantes (homenagens e comemorações), questões religiosas e outros.

Embora a pesquisa esteja ainda em seu início, de acordo com os dados que já dispomos, coletados para as legisladoras gaúchas no período de janeiro de 2007 a junho de 2010, pode-se fazer algumas observações. Primeiramente, destaca-se o baixo número de projetos apresentados pelas deputadas, em seguida as áreas de concentração dos mesmos. Observou-se um total de 152 proposições legislativas, as quais conforme classificações ficaram assim distribuídas:

Gráfico 1- Atuação das parlamentares gaúchas (2007/2010).

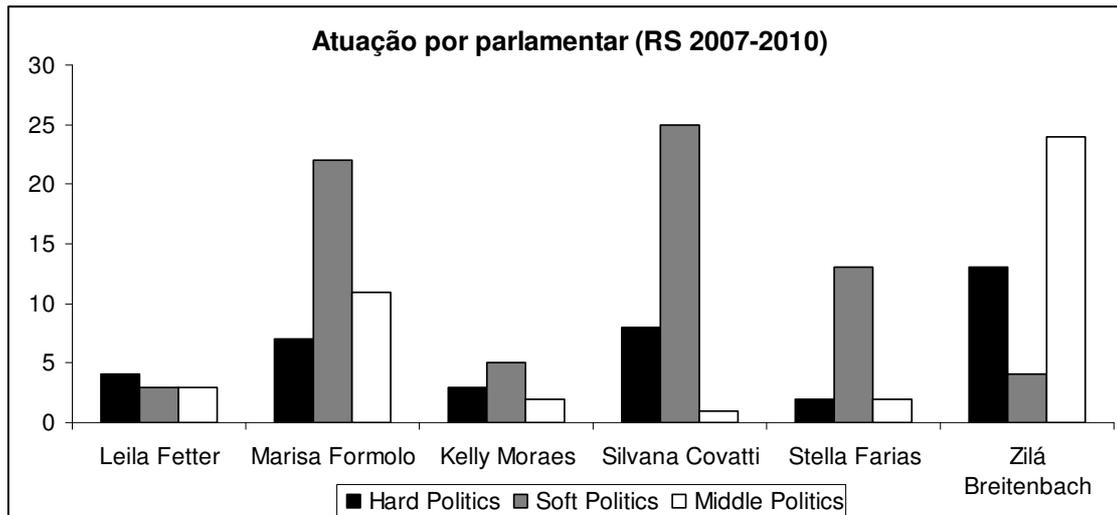


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados coletas em: <http://www.al.rs.gov.br/>.

Fica evidente a partir do gráfico que 48% das proposições apresentadas pelas mulheres referem-se a questões de *soft politics*, 28% a *middle politics* e 24% dizem respeito a *hard politics*, demonstrando que a tendência observada pela literatura parece s manter também na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Se tomarmos as deputadas isoladamente, temos a seguinte distribuição das atividades parlamentares:

Gráfico 2 – Atuação legislativa de cada deputada estadual (RS - 2007/2010)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados coletados em: <http://www.al.rs.gov.br/>.

Como se pode observar das seis mulheres que passaram pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período em questão, quatro delas centram suas atividades políticas em ações consideradas como *soft politics*, destacam-se nesse particular as abordagens para os seguintes temas: cultura, educação, saúde, meio ambiente, família, direitos humanos e políticas públicas voltadas questão da mulher.

Apenas uma deputada tem sua atuação voltada para o que entende por *hard politics*, embora todas legissem também a respeito dessas questões. Destacam-se nesse particular as proposições sobre transporte, administração pública, política tributária e econômica, agricultura, política industrial, infraestrutura e segurança.

Já no que se refere as *middle politics*, da mesma forma observou-se que uma deputada concentra suas propostas nesse tipo de atuação mesmo que todas legissem sobre. As principais questões abordadas por esse tipo de política que aparecem foram: homenagens, comemorações, trabalho, servidores públicos, previdência social e outros.

No que se refere às preocupações específicas com a questão de gênero a pesquisa encontrou duas deputadas que apresentaram projetos nesse sentido. A deputada Stella Farias e a deputada Marisa Formolo, ambas do Partido dos Trabalhadores. A primeira dos três projetos apresentados dois se referiam à questão da mulher, os quais versam sobre publicização e acesso a dados relativos a condição da mulher no Rio Grande do Sul e o outro aos registros e divulgação dos índices de violência contra a mulher no estado.

A mesma deputada apresentou doze emendas parlamentares, das quais nove foram referentes a projetos específicos para as mulheres destacando e um apenas fez menção, este relativo



à geração de trabalho e renda. Os projetos específicos para as mulheres dizem respeito a serviços de saúde, política de atenção as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, criação de delegacias de atendimento à mulher, criação de núcleos de defensoria especializado às mulheres.

O projeto da deputada Marisa Formolo apresentou um projeto destacando a necessidade de representação proporcional de gênero nas comissões técnicas permanentes na Assembléia Legislativa. Menção a questão de gênero também aparece em um requerimento da deputada Leila Fetter (PP), o qual propõe um subcomissão para fazer análise de projetos e políticas sociais voltadas para jovens, mulheres e afrodescendentes dentro da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

IV. Considerações finais

Partindo destes dados verifica-se que as deputadas gaúchas seguem fazendo política de acordo com os tradicionais modelos de divisão de atividades na esfera pública, ao concentrarem suas atuação nas *soft polics*. Observa-se também um baixo número de proposições e menor ainda propostas legislativas que estejam especificamente preocupadas com a questão da mulher na sociedade atual.

Estes dados corroboram a noção de há as mulheres desenvolvem uma política de sensibilidade (GROSSI, MIGUEL, 2001), de desvelo (MIGUEL, L., 2001) ou que há um estilo feminino de fazer política, visto que incluiria na agenda temas antes não considerados como relevantes pelos parlamentares, mas que, no entanto, são importantes para a vida das mulheres (AVELAR, 1996).

Assim, a prioridade dada pelas mulheres a algumas temáticas pode ser entendida, mais uma vez, como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio, como por exemplo, educação, saúde, assistência social, entre outros. Mais que uma estratégia, pode ser vista como o nicho a elas disponível, os espaços que são destinados à atuação das mulheres no Parlamento.

Ser por um lado é uma estratégia que permite maior acesso às mulheres no processo de tomadas de decisão, por outro, pouco contribui para a redução das desigualdades de gênero, visto que reproduz a imagem de que às mulheres cabe o mundo das relações privadas. Como consequência, esse modelo impossibilita a transformação na forma como as identidades de gênero são construídas socialmente, o que tende a reproduzir o modelo de relações sociais vigente e o próprio modelo de democracia que “não apenas coabita com o modelo androcático mas nele assenta a sua reprodução” (OSÓRIO, 2007, p.3).



V. Bibliografia

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos Feministas**. vol. 9, n. 1, p. 253-267, set. 2001.

AVELAR, Lúcia. Os canais de representação política e a presença das mulheres. O voto feminino: um arsenal à disposição das mulheres. O canal numérico: partidos políticos e eleições. In: _____. **Mulheres na elite política brasileira**. Canais de acesso ao poder. Pesquisas, Centro de Estudos Konrad – Adenauer – Stiftungano n.6, 1996, p.20 – 30.

CEPAL. **El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe**. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007, p.137. Disponível em: <http://www.choike.org/nuevo/informes/5589.html>. Acesso em: 20 jan. 2008.

COLLIN, François. **Présence et représentation: Les formes complexes de la vie politique**. 2006, p.6. Disponível em: http://www.mediterraneas.org/print.php3?id_article=521. Acesso em: 10 out. 2007.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.167- 206, set. 2001.

GUZMÁN, Virginia. **Gobernabilidad democrática y género, una articulación posible**. Serie Mujer y desarrollo,CEPAL, n.48. 2003. 63p.

HTUN, Mala. A Política de Cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 225-230, set. 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política de desvelo: representação e ‘singularidade feminina’. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 253-267, set. 2001.

_____, FEITOSA, Fernanda. **O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, pp. 201 a 221.

MOREIRA, Lourdes. **Mulheres e atuação política: a construção das políticas sociais de gênero no Poder Legislativo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/mulheres-e-a-atuacao-politica-a-construcao-das-politicas-sociais-de-genero-no-poder-legislativo-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 17 de abril de 2010.

OSÓRIO, Conceição. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. A ser publicado no **Outras Vozes** n° 21, de Novembro de 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II CNPM quer mudanças nas estruturas patriarcais dos partidos políticos**, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_mudancas_partidos_politicos/>. Acesso em: 03 de maio de 2008.



REZENDE, Daniela Leandro. **Teoria Democrática e Instituições Políticas:** análise da representação de mulheres na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1999-2006). Congresso LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas:** participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, 264p.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder:** a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006. 510p.